

História Econômica, História em construção^{1*}

ROGÉRIO NAQUES FALEIROS¹
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Discute-se neste artigo a emergência da História Econômica francesa no campo da própria afirmação da ciência histórica. Elencam-se alguns debates travados pela segunda geração dos Annales com a História Quantitativa e com a terceira geração, concluindo que apesar da emergência dos novos problemas, métodos e abordagens, a História Econômica manteve vigor como um campo do saber capaz de formular interpretações compatíveis com as transformações do mundo atual.

Palavras-chave: História; História Econômica; Annales; Longa Duração.

Abstract: This article discusses the emergence of French Economic History in the field of own affirmation of historical science. List some debates made by second-generation Annales with the Quantitative History and with the third generation, concluding that despite the emergence of new problems, methods and approaches, the Economic History maintained force as a field of knowledge capable of formulating interpretations compatible with transformations of actual world.

Keywords: History, Economic History, Annales, Long Duration.

“O passado apenas pode ser contado como realmente é, não como realmente foi. Pois recontar o passado é um acto social do presente, feito por homens do presente e afectando o sistema social do presente [e do futuro]”.
(I. Wallerstein, 1974, p. 20).

A uma determinada altura das décadas de 1980 e 1990, alguns autores alardearam a crise geral da História Econômica como uma área do conhecimento capaz de fornecer respostas e interpretações aos problemas e às questões da sociedade contemporânea. Verificava-se segundo estes autores, uma “agonia” deste saber, ² traduzida, no Brasil por exemplo,

^{1*} Artigo submetido à avaliação em fevereiro de 2010 e aprovado para publicação em março de 2010.

pela diminuição dos programas de pós-graduação que contemplavam a área e a conseqüente diminuição do número de pesquisas voltadas às temáticas típicas da História Econômica naquele momento (desenvolvimento econômico, História de empresas, pensamento econômico, História das políticas governamentais e econômicas, formações regionais).

A crise era muito mais profunda do que a aparência demonstrava naquele momento, sendo oriunda, por um lado, de uma “revolução” da historiografia operada nos quadros da pós-modernidade e da crise das sínteses e do próprio raciocínio analítico, e por outro, da própria *débâcle* da idéia de desenvolvimento econômico e do esgotamento do modelo de industrialização adotado por vários países, inclusive pelo Brasil,³ Com o ataque frontal (e por duas frentes) às principais categorias analíticas dos historiadores econômicos de então, quais sejam, o estruturalismo e o marxismo (vide a emergência do marxismo heterodoxo e o surgimento do neo-estruturalismo da Cepal), o olhar do historiador se deslocou, de uma maneira geral, para os novos problemas, métodos e abordagens alardeados por Jacques Le Goff.

O objetivo destes breves apontamentos é qualificar esta hipótese, demonstrando que a História Econômica também ganhou novo fôlego com as transformações ocorridas no campo da historiografia, e que esta área do saber já procurava uma aproximação com as demais “ciências” desde a primeira geração dos *Annales*, notadamente com as figuras de Marc Bloch e Lucien Febvre. Arriscamo-nos aqui a afirmar que o método da interdisciplinaridade (ou unidisciplinaridade), tão em voga, encontrou guarida mais abrangente na História Econômica mesmo antes das demais áreas do conhecimento histórico, melhor dizendo, se as histórias política, cultural e social apropriaram-se do instrumental das demais ciências mais abertamente a partir da década de 1970, a História Econômica cumpriu tal missão de forma precoce. Caso esta afirmação esteja correta, propugnamos a idéia de que a História Econômica, dada sua maturidade metodológica, em nenhum momento se viu ameaçada pela emergência da tríade “Legoffiana”, mas, muito pelo contrário, se fortaleceu, e vem se fortalecendo, nos quadros contemporâneos.

*

Valho-me aqui de um trecho extraído de Marc Bloch ao escrever o manifesto de uma nova história (em *Apologia da História*):

Ora, nossa atmosfera mental não é mais a mesma. A teoria cinética dos gases, a mecânica einsteiniana, a teoria dos quanta alteraram profundamente a noção que ainda ontem qualquer um formava sobre a ciência. Não a diminuíram. Mas a flexibilizaram. Com certeza, substituíram, em muitos pontos, o infinitamente provável, o rigorosamente mensurável pela noção da eterna relatividade da medida. Sua ação foi sentida até mesmo pelos inumeráveis espíritos [...] aos quais as suas fraquezas de sua inteligência ou de formação proíbem de seguir, se não de muito longe e de certo modo por reflexo, essa grande metamorfose. Estamos portanto agora bem melhor preparados para admitir que, mesmo sem se mostrar capaz de demonstrações euclidianas ou de imutáveis leis de repetição, um conhecimento possa contudo pretender ao nome de científico. Aceitamos muito mais facilmente fazer da certeza e do universalismo uma questão de grau. Não sentimos mais a obrigação de buscar impor a todos os objetos do conhecimento um modelo intelectual uniforme, inspirado nas ciências da natureza física, uma vez que até nelas esse gabarito deixou de ser integralmente aplicado. Não sabemos muito bem o que um dia serão as ciências do homem. Sabemos que para existirem – mesmo continuando, evidentemente, a obedecer às regras fundamentais da razão -, não precisarão renunciar à sua originalidade, nem ter vergonha dela (Bloch, 2002, p. 49).

Bloch, e também Febvre, acusaram o golpe das transformações ocorridas no conhecimento científico entre finais do século XIX e início do século XX, notadamente àquelas ocorridas no campo da Física, da Química, da mecânica e da própria Biologia. As transformações foram aceitas de maneira muito proveitosa, uma vez que abriram aos historiadores possibilidades dife-

rentes de se pensar o conhecimento científico-histórico, até então, muito mal acomodados quando se tratava de buscar um estatuto de validade nos moldes de uma ciência positiva. As explicações de Spengler, de Toynbee, de Darwin e da antropometria se aplinavam muito mal com a relatividade da produção histórica, que, por seu turno, se reduzia sobremaneira nos quadros da visão de ciência até então predominante. O desafio de então era o seguinte: como pensar o conhecimento histórico? Como fazê-lo sem perder a chancela da validade científica?

O ponto é que a História, a interpretação presente da ação humana no passado, diferencia-se das ciências explicativas, pois os fatos, além de serem construções do historiador, não podem ser reproduzidos tal como aconteceram e as suas apreensões serão sempre parciais, e, como tal, passíveis de releituras. Mas, para Febvre e Bloch, tal especificidade do conhecimento histórico não o destitui de estatuto científico, pois este se encontra no “fazer-se”, em outras palavras, a História possuía um estatuto científico dado não necessariamente com relação a fins, mas com relação aos meios, uma vez que se tratava de uma área do saber cientificamente conduzida, onde os pesquisadores deveriam formular (e testar) hipóteses, desenvolver métodos, chegar a resultados e formular conclusões. O ponto, segundo Febvre, é que o historiador não deveria vagar pelo passado como um trapeiro à procura de achados (fatos) e colecioná-los aleatoriamente (Febvre, 1985, p. 19). Caberia ao pesquisador organizar estes fatos (achados) a partir de uma hipótese, sendo História sinônimo de História-Problema. Todos nós temos uma questão que nos move, diria o eminente historiador francês. Nesta perspectiva, “a História é uma ciência do homem, e os fatos são fatos humanos. Cabe ao historiador encontrar os homens que os viveram buscando nos indícios do passado a substância humana presente, reconstruir a História sobre o sólido fundamento da humanidade, o que não ocorria, segundo Febvre, quando se seguia a ciência das coisas ou dos conceitos” (Faleiros, 2004, p. 43).

Herdeiro dileto desta tradição e, na minha visão, o mestre da História problematizadora, Fernand Braudel buscou aproximações com as demais áreas do saber para reconstituir o passado na sua longa duração. Aliás, a longa duração, o conceito, em si, surgiu de uma interlocução direta com o estruturalismo (de Lévi-Strauss) visando responder à seguinte questão: Por que

as coisas mudam? Para responder a tal indagação, Braudel trabalhou com a contraposição fato⁴ (ou história política) x estrutura (antropologia), formulando a noção dos três tempos históricos, a longa, a média e a curta duração, ou, respectivamente, o tempo geológico, quase imutável, das estruturas da sociedade (o conjunto dos conjuntos), o tempo conjuntural, de uma década a cinquenta anos, ou o tempo da economia e de seus ciclos, e, por fim, o tempo factual, ou tempo da política, onde os eventos ocorriam, brilhavam, mas se apagavam na escuridão da noite (metáfora à longa duração). Nas palavras do autor:

Todo o trabalho histórico decompõe o tempo passado e escolhe as suas realidades cronológicas, segundo preferências e exclusões mais ou menos conscientes. A história tradicional atenta ao tempo breve, ao indivíduo e ao acontecimento, habituou-se desde há muito à sua narração precipitada, dramática, de pouco fôlego. A nova história econômica e social coloca no primeiro plano da sua investigação a oscilação cíclica e aposta na sua duração: deixou-se iludir pela miragem – e também pela realidade – dos aumentos e quedas cíclicas de preços. Desta forma, existe hoje, a par da narração (ou do ‘recitativo’) tradicional, um recitativo da conjuntura que para estudar o passado o divide em amplas seções: períodos de dez, vinte ou cinquenta anos. Muito acima deste segundo recitativo, situa-se uma história de fôlego ainda mais contido e, neste caso, de amplitude secular: trata-se da história de longa, e mesmo de muito longa, duração (Braudel, 1976, p. 12).

A partir desta tríade, Braudel procura investigar o significado dos fatos⁵ e seus impactos nas estruturas do cotidiano, nos jogos das trocas e no tempo do mundo, demonstrando que, para além da perspectiva de curta duração vigente na História Política (e positivista) de então, os historiadores deveriam mergulhar nas conexões de sentido e reclamar para si o status de uma análise estrutural, porém, não estática, onde medidas, discursos

e leis se concatenariam com uma análise mais profunda. Nas palavras do autor: “Por estrutura os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidade e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida articulação [entre tempos], arquitetura, porém, mais ainda uma realidade que o tempo mal desgasta e transporta muito longamente [mas desgasta] [...] Todas as estruturas são ao mesmo tempo sustentáculos e obstáculos (Braudel, 1976, p. 38).

Evidentemente não se pode ter tal pretensão de forma isolada, daí o projeto da unidade das ciências do homem, pois um estudo das estruturas sociais reclama uma aproximação com a sociologia e com a economia, o que, em princípio, Braudel parece ter herdado de V. La Blache, F. Simiandi e E. Labrousse. Aproximando-se da geografia,⁶ da economia e de uma dita história serial, Braudel foi capaz de desenvolver um abrangente método de análise da História Moderna européia, centrado na “economia-mundo”, categoria analítica desenvolvida para dar conta da totalidade⁷ de um determinado espaço. Nas palavras do autor, “a ‘economia-mundo’ envolvia apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica” (Braudel, 1998, p.12). Neste todo orgânico, Braudel percebeu a definição e sucessão de hierarquias⁸ (que incidiam numa certa especialização) que organizavam o jogo das trocas concentrando riqueza num determinado centro, em geral uma cidade, num conjunto de múltiplas coerências. Cabe salientar que para a caracterização destas economias-mundo Braudel lançou mão de instrumental analítico próprio da Geologia, Geografia, Ciências Sociais, Economia e Antropologia, bem como empreendeu notável esforço de pesquisa documental. No Brasil, Braudel exerceu muita influência sobre a produção acadêmica de Fernando Novais, José Jobson Arruda e Alice Canabrava.

*

Num outro debate, também muito necessário à construção da História Econômica francesa, e que envolveu, de um lado, Ernest Labrousse, Pierre Chaunu e Pierre Vilar e, de outro, Jean Marczewsky e J. C. Toutain (munidos de referências teóricas mais próximas à economia, notadamente W.

Leontief, Rostow e S. Kusnets⁹⁾, desenvolveu-se a questão da aplicação de métodos quantitativos nas ciências humanas e em especial na História. Marczewsky e Toutain propuseram uma aproximação entre História Econômica e História Quantitativa, reduzindo-se a área de intervenção do historiador econômico àquilo passível de mensuração, tal como as contas nacionais. Esta tradição deriva de preocupação típica das décadas de 1950 e 1960, quando estava em voga uma série de modelos de desenvolvimento (pelo lado capitalista) e de planificação, pelo lado socialista, sendo Oscar Lange a principal referência desta vertente. A obsessão pelo quantificável e pela modelagem levou Marczewski a produzir um manifesto em defesa da chamada História Quantitativa. Nas palavras do autor:

Para cobrir inteiramente um ‘universo econômico’ são necessárias as seguintes contas: uma conta de produção, que descreva a aquisição de matérias-primas e sua transformação em produtos; uma conta da renda produzida, que mostre a divisão da renda entre os provedores produtivos nacionais e estrangeiros; uma conta da renda disponível, a distribuição secundária da renda produzida, sua aplicação e seu consumo; uma conta das operações financeiras, que represente a distribuição das poupanças e sua inversão em capitais fixos, estoques e créditos estrangeiros; uma conta de operações no exterior, que reagrupe todas as operações das contas precedentes, na medida em que concatenam as relações entre os agentes nacionais e os agentes estrangeiros (Marczewski & Villar, 1973, p. 14).

Percebam que nesta tradição o estudo da História Econômica, ou do universo econômico do passado – expressão cara a Marczewski - aproxima-se do modelo de contas nacionais, a partir do qual se poderia instrumentalizar a História, e um determinado conjunto de evidências estatísticas, para a elaboração de modelos de desenvolvimento. Para o autor, a História Quantitativa teria uma maior objetividade em relação a outros tipos de História Econômica, integrando todos os fatos estudados em um sistema de contas

interdependentes, extraindo-se daí agregados quantitativos que subsidiariam as conclusões. Marczewski também não aprova a utilização de outros relatos históricos, para que a objetividade do método não seja frustrada concluindo que “o rigor do seu método [da História Quantitativa] empobrece suas formas de expressão. Cabe salientar que a História Quantitativa, munida pelo arsenal analítico da Escola Neoclássica (Marginalista), marcará uma posição no debate historiográfico que conhecemos como “New Economic History”, representada por Robert Fogel, S. Ergerman, H. Habakkuk, W. Widy, D. North e, mais atualmente, W. Summerhill.

O debate com a História Quantitativa mobilizou quase todas as grandes figuras da História Econômica dos Annales. Pierre Chaunu, Pierre Vilar, Erneste Labrousse e Braudel acusaram o golpe impingido por Marczewski, e saíram em defesa da chamada História Serial, segundo eles, um método capaz de melhor acomodar as fontes de natureza quantitativa com informações de outra natureza. Nas palavras de Chaunu:

Uma história que se interessa menos pelo fato individual do que pelo elemento repetido, e, portanto integrável em uma série homogênea, suscetível, em seguida, de ser objeto dos procedimentos matemáticos clássicos de análise das séries, suscetível, sobretudo, de enlaçar-se com as séries habitualmente utilizadas pelas outras ciências do homem. É aí, provavelmente, onde reside a característica essencial desta história serial, mas que também pode ser chamada de ‘útil’. Ela se volta para o passado, com suas próprias técnicas [...] Não se proíbe reconstruir, em seu interior, as atmosferas mentais passadas [...] se mantém preservada dos a priori perigosos (Chaunu, 1983, p. 56).

Assim como a História dita quantitativa, a História Serial buscava debruçar-se mais sobre as continuidades e permanências do que sobre os fatos e grandes personagens (dada a aversão à História Política dita tradicional). Porém, diferentemente da “dureza” das técnicas da contabilidade nacional, buscava incorporar na reconstituição do passado as “atmosferas mentais” uti-

lizando-se de um *corpus* documental mais amplo às estatísticas. A ambição da História Serial era constituir um largo campo de intersecção, onde as técnicas de Marzewski teriam lugar, mas não comporiam a exclusividade do método. Aliás, Chaunu reconheceu o vigor do quantitativismo em História, principalmente quando aplicado aos séculos XIX e XX, porém, como superar a ausência de séries e dados numéricos para os séculos anteriores? Por métodos de extrapolação? Interpolação? Por modelos econômicos [por suposto anacrônicos] aplicados ao passado? Novamente, nas palavras do autor:

O êxito da História Quantitativa em seu processo de aneção do século XIX ao modelo de contabilidade nacional está com seguridade lograda no futuro. O fracasso para o século XVIII e com maior razão para os três ou quatro séculos da era 'pré-estatística' é quase certo, a menos que ocorra uma radical transformação no método. Em uma palavra, a história quantitativa dos séculos XVI, XVII e XVIII deve escolher entre regressão ou superação dialética. Tal superação passa pela História Serial, não pelo recurso sistemático às valorações, porque a história não é exatamente a do Visconde d'Avenel, assim como a Economia Política não é a de Jean-Baptiste Say (Chaunu, 1983, p. 60).

Pierre Vilar entrou neste debate ressaltando que cada disciplina deveria ter a consciência exata de seus limites e de seus fins, adequando sua linguagem ao nível das possibilidades da informação e respeitando a originalidade das disciplinas vizinhas – numa clara crítica ao quantitativismo – que, segundo ele, invadira o terreno da especificidade do conhecimento histórico sem as devidas mediações. Segundo o autor, a tarefa do historiador seria mais pesada, e consistiria em “apreender em uma interdependência muito mais vasta do que a contabilidade nacional, a natureza do conjunto histórico em que o homem vive, se reproduz, luta e morre” (Marzewski & Vilar, 1973, p. 78).

Fazendo coro às críticas a uma História eminentemente quantitativa, Braudel argumenta no mesmo sentido, apontando que uma série (uma

sucessão coerente, ou tornada coerente, de medidas ligadas umas às outras) tem uma função para o tempo histórico, a partir da qual, com paciência, deve-se estabelecer uma significação, significação esta que o cálculo jamais fixa antecipadamente de maneira autônoma. “Uma tal série de cifras a exprimir medidas válidas, ligadas entre si, é também uma rota construída através de nossos conhecimentos incertos” (Braudel, 2007, p. 131).

A importância deste debate está em não permitir que, como estatuto teórico, a História Econômica, principalmente aquela feita pelos economistas, fosse subsumida a um determinado ramo da Estatística ou da Economia, mais que isso, a visão de que o conhecimento histórico teria um caráter opinativo, por não ser “exato”, caiu por terra quando a partir da discussão do método e da especificidade do conhecimento histórico, Chaunu, Vilar e companhia diferenciaram História Econômica de economia retrospectiva.

Ernest Labrousse, pioneiro do método da História Serial, talvez tenha desenvolvido (correndo-se aqui o risco de ser injusto) o estudo mais abrangente desta linha de pesquisa. Em *Fluctuaciones Económicas e Historia Social* (1980), onde analisou as causas e conseqüências da Revolução Francesa a partir das curvas de preços do trigo, da madeira e do ferro, Labrousse desenvolveu o argumento de que o século XVIII, o último século do Antigo Regime, foi um período de continuada alta dos preços inserido numa fase ascendente do ciclo de Kondratiev, sendo que a explicação do fenômeno revolucionário deveria considerar o aumento do poder econômico da burguesia no longo prazo, a despeito das explicações pautadas no tempo factual, que explicavam a revolução e a convulsão social (oriunda de colheitas ruins e do correlato aumento dos preços e da miséria) como as causas deste fenômeno.¹⁰

Labrousse considerou que o aumento dos preços aliado à quebra de safra ocorrida na segunda metade da década de 1780 influenciou diretamente na organização política francesa de então, valendo-se aí do tempo da política e do fato, mas relativizou em todo momento as conclusões derivadas desta abordagem, pois não é a fraqueza da burguesia, e sim sua força, no longo prazo, que explica o processo revolucionário. O próprio Braudel o criticou por valer-se de concessões ao tempo breve, dizendo que “esforçava-se por ligar um patetismo econômico de curta duração a um patetismo político das jornadas revolucionárias” (Braudel, 1976, p. 20), ao que Labrousse respondeu:

Isto [análise das revoluções de 1789 na França] quer dizer que nossa história é, ao mesmo tempo, sociológica e tradicional. Tradicional, porque não menospreza o acontecimento, o indivíduo, o azar. Nova, porque tende a penetrar-se de sociologia, a estudar os conjuntos, a buscar o que é dominante. Mas, ao penetrar-se de sociologia, ao estabelecer laços com as disciplinas afins, as renovará, as revolucionará. Ao proporcionar-lhes nossos métodos, o método histórico, substituindo concretamente, na sociologia econômica, as velhas economias conceituais, abstratas e introspectivas por uma economia positiva de observação estatística e de psicologia social, reconstituída em suas permanências ou em suas variações, surgirá uma ciência econômica que colocará, ao lado de cada afirmação, um documento (Labrousse, 1980, p. 165-68).

O estatuto da História Econômica como ciência, nasceu, então, de uma série de disputas travadas entre 1930 e 1970. A primeira disputa foi travada por Febvre e Bloch na luta pelo próprio estatuto científico da História ante as demais áreas do saber. Sob nosso entender tal disputa foi vitoriosa frutificando na chamada segunda geração dos *Annales* capitaneada por Braudel. Neste momento, a disputa passou a ser com as chamadas ciências quantitativas que objetivavam a redução do conhecimento histórico a uma subárea da Economia e da estatística. O esforço de resposta a este golpe redundou na História Serial, método de predileção desta geração, que inverteu a ordem do argumento, apontando para o fato de que a História Quantitativa era uma importante ferramenta para os historiadores econômicos, porém, o mais importante, seria dotar os números de significação – o ofício do historiador – tarefa que demandava um alargamento da própria concepção de *corpus* documental.

*

Uma terceira e dura disputa imposta à História Econômica viera com a terceira geração dos *Annales*. Conforme apontaram João Luís Fragoso e Manolo Florentino, os últimos vinte e cinco anos [lembrando que o texto é

de 1997] assistiram ao aparecimento de críticas cada vez mais contundentes ao tipo de reflexão em meio ao qual era produzida a História Econômica. O que se traduziu, logicamente, em um questionamento mais e mais acentuado aos dois principais paradigmas explicativos sobre os quais se erigia a investigação histórica de ponta nas décadas de 1950 e 1960: a escola dos *Annales* e a historiografia marxista. Em termos gerais, o que os unia era a preocupação com a longa duração e a ênfase nas estruturas econômico-sociais para a compreensão das sociedades, *locus* privilegiado até mesmo para a compreensão da política e da cultura. Do ponto de vista da praxeologia histórica daí deriva a constante preocupação com a utilização de fontes propícias à quantificação e à seriação. A partir de maio de 68 catalisaram-se posições que vinham se desenvolvendo pelo menos desde meados dos anos 1960, e autores como J. Le Goff e outros, atuando dentro dos próprios *Annales*, puseram em dúvida o predomínio destes princípios” (Fragoso & Florentino, 1997).

Apesar de certa resistência à emergência da chamada Nova História, principalmente por parte de George Duby, Michel Vovelle e Le Roy Ladurie, historiadores da transição entre uma história e outra, os historiadores que encontraram espaço¹¹ no contexto mais geral da crise dos paradigmas interpretativos, e conseqüentemente da História Total, tornaram-se dominantes no âmbito da historiografia francesa e mundial. “Jacques Le Goff, A. Burgiere, François Furet, Jacques Revel e Pierre Nora transferiram o itinerário intelectual dos *Annales* da base econômica para a ‘superestrutura’, do porão ao sótão” (Burke, 1997, p. 81).

Conforme assinala Peter Burke, no interior do grupo dos *Annales*, alguns historiadores sempre estiveram envolvidos prioritariamente com os fenômenos culturais, tome-se o exemplo de Alphonse Dupront, um historiador da geração de Braudel, não muito conhecido, mas que exerceu considerável influência sobre a nova geração. Porém, isso não implica que haja uma maior unidade temática nos *Annales*. Temas orientados para a Psico-História, ideologias, imaginário social, a narrativa tendo como objeto as mulheres, os despossuídos, minorias étnicas ou religiosas, os marginais e todos os novos personagens da história e do cotidiano. Segundo Silva, na transição da segunda para a terceira geração dos *Annales*, substituiu-se o paradigma da “História Ciência Social” para o da “Nova História Cultural” sendo que, nesta substi-

Exemplo disso é a clara distinção que podemos fazer entre *O Mediterrâneo* de Braudel (1949) e o *Les paysans de Languedoc* de Le Roy Ladurie (1966). Apesar de ambos trabalharem com a referência temporal da longa duração, e de possuírem uma personalidade criativa similar, o espaço que abarcam é totalmente distinto; o primeiro tentou capturar o espaço de uma economia-mundo em vias de expansão global, ao passo que o segundo capturou a história das continuidades de um pequeno aglomerado urbano. Munidos de uma abordagem mais voltada ao universo cultural e das mentalidades, Le Goff e seus seguidores irão eleger como tema de predileção os hábitos, os costumes, as vestimentas, o pitoresco e o específico em detrimento das conexões mais gerais de sentido. Evidentemente, não se defende aqui que a História não deva mergulhar nas minúcias da cultura e apartar-se da cultura material, defende-se simplesmente que a História (pelo menos a que se pretende analítica e problematizadora) deve pautar-se nos nexos que ligam o específico e o universal, percebendo, nos indícios, às vezes mais irrelevantes, algum plano para uma reflexão maior.

Por outro lado, sob certo sentido, uma ampla gama de estudos mergulhou na contracorrente e manteve o seu caráter totalizante. Falamos agora mais diretamente de Immanuel Wallerstein (1974) e Giovanni Arrighi (2006), que apesar de não serem historiadores de formação, navegaram com muita propriedade neste oceano, certamente orientados por Fernand Braudel. Em plena vigência da crise dos paradigmas Wallerstein publica os volumes de *O Sistema Mundial Moderno*, com uma apresentação que é quase um tributo à História. O autor reconhece que inicialmente pretendia estudar o fenômeno da formação dos Estados, tema típico da Ciência Política, porém, reconhece, de saída, que tal empreitada fracassaria se nenhuma aproximação fosse feita com a “história pensada” típica dos *Annales*.

Trabalhando com as noções de centro, periferia e centro-periferia, Wallerstein reconhece na hierarquia da economia-mundo do século XVI as raízes da formação de um sistema competitivo interestatal¹², no qual as economias fortes do centro desenvolvem Estados nacionais igualmente fortes, e, correlatamente, as atuais periferias (antigas colônias) e semi-periferias tornaram-se incapazes de desenvolver Estados plenamente autônomos para submeter a acumulação capitalista aos seus desígnios, em função de sua sub-

ordinada posição na hierarquia do sistema mundial moderno. O autor nota também que a constituição do Sistema Mundial Moderno abarca uma multiplicidade de formas de organização do trabalho, a despeito de um certo “etapismo” que vigorava no debate da transição feudo-capitalista e da subsunção formal e real do trabalho. Esta multiplicidade engendrava a escravidão negra e os sistemas de *mita* e *encomienda* na América, a segunda servidão no leste europeu e o assalariamento na Inglaterra, nos quadros do mercantilismo vigente na época moderna. No campo da cultura, nos quadros do Sistema Mundial, observa-se a dominância da moral e dos valores (políticos e civis) dos Estados centrais, restando aos demais países uma cultura mimética, principalmente no que se refere aos padrões de consumo.

Cabe salientar que estas hierarquias apontadas por Wallerstein não são extremamente rígidas, e o Estado hegemônico está sempre em alternância. Giovanni Arrighi parte justamente daí e identifica a sucessão de quatro ciclos sistêmicos de acumulação (CSA), quais sejam: os genovês (séculos XV e XVI); o holandês (final do XVI, todo o século XVII e primeira metade do XVIII); o britânico (segunda metade do XVIII até a Primeira Guerra Mundial); e o americano (desta data em diante),¹³ Cada um destes CSA seria seguido por uma instabilidade sistêmica, do qual emergiria uma espécie de caos (guerra) que daria lugar à constituição de uma nova hegemonia capitaneada por outro Estado que orientaria a interminável acumulação de capitais.

A despeito da validade ou não destes modelos, cabe salientar que apresentam notável esforço de intersecção entre as Ciências Sociais e a História, bem como submetem a análise dos fatos e dos eventos a uma estrutura maior – a longa duração. Em alguns momentos, não é preciso ser historiador para se escrever a História. Referimos ao fato de que as noções de estrutura e totalidade, que estão intimamente associadas à história explicativa (seja ela típica dos *Annales* ou marxista) encontraram guarida mais substancial fora do *mainstream* historiográfico. Para nosso bem, o esforço unidisciplinar dos autores acima elencados (e de outros, como Perry Anderson) fora capaz de defender a História dos historiadores.

*

Apesar da propalada fragmentação do conhecimento histórico e dos novos métodos e abordagens, tidos como dominantes a partir da terceira geração dos *Annales*, uma História Econômica de cunho totalizante não deixou de existir, vistas ao esforço de Wallerstein e Arrighi. Evidentemente, as transformações ocorridas na cultura, na sociedade, na economia e na política nas décadas de 1970 a 1990 corroboraram a construção de uma História menos comprometida com os debates sistêmicos em função do próprio esgotamento da Guerra Fria, do socialismo e de modelos alternativos *vis a vis* o coroamento de um capitalismo triunfante e uníssono. Em função desta “grande derrota”, uma História mais comprometida com a economia, com as transições, com a luta de classes e com a própria política perde terreno a uma história, digamos, mais próxima ao leitor (lembrando que a terceira geração foi um fenômeno editorial na França).

Enfim, impossível não associar a emergência desta geração com o triunfo incontestável do capitalismo liberal e dos valores típicos deste modelo. Porém, este triunfo incontestável vem sofrendo ameaças crescentes, traduzindo-se num aumento da pressão competitiva entre Estados nacionais, na emergência de projetos hegemônicos regionais e de uma ordem conflituosa em escala global. Nas palavras de José Luís Fiori: “Nas próximas décadas, o ‘núcleo duro’ da competição geopolítica mundial deverá incluir ao lado dos Estados Unidos a China e a Rússia [...] nessa nova ‘geopolítica das nações’ a União Européia terá papel secundário, e Índia, Brasil, Irã e África do Sul deverão aumentar o seu poder regional, em escalas diferentes, mas não serão poderes globais, ainda por muito tempo. Haverá uma nova corrida imperialista e ela provocará aumento dos conflitos localizados entre os principais Estados e economia do sistema. Mas é difícil prever os caminhos do futuro, depois desta nova era imperialista” (Fiori, 2008, p. 67). O fato é que a internacionalização americana associada ao crescimento chinês já produziu uma mudança estrutural de longa duração no sistema mundial. Veremos ainda qual tipo de História estará preparada para responder os problemas do futuro.

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo século XX: Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Contraponto, 2006.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. São Paulo: Jorge Zahar, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Vol. III – O tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Biblioteca de Ciências Humanas, 1976.
- BRAUDEL, Fernand. *O modelo italiano*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989: a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997.
- CHAUNU, Pierre. *Historia Cuantitativa, Historia Serial*. México: Fundo de Cultura económica, 1987.
- FALEIROS, Rogério Naques. Os combates de Lucien Febvre. *Revista Estudos de História*, Franca, n. 02, v. 11, p. 41-64, 2004.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Biblioteca de Ciências Humanas, 1985.
- FIORI, José Luís (et all.) *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- KUZNETS, Simon. *Crecimiento económico de posguerra*. México: Union

Tipografica Hispano Americana, 1964.

KUZNETS, Simon. *Teoria do crescimento econômico moderno*. Taxa, difusão e estrutura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

LABROUSSE, Ernest. *Fluctuaciones economicas e historia social*. Madrid: Editorial Tecnos, 1980

LACOSTE, Yves. *Ler Braudel*. Papirus: Campinas, 1989.

MARCZEWSKI, Jean; VILAR, Pierre. *Que es la Historia Quantitativa?* Buenos Aires: Nueva Vision, 1973.

MOTTA, José Flávio. Agonia ou robustez? Reflexões acerca da Historiografia econômica brasileira. *Revista de Economia da PUC-SP*, São Paulo, ano 01, v. 01, p. 117-138, 2009.

SILVA, Rogério Forastieri. *História da Historiografia*. Bauru: Edusc, 2001.

SOBOUL, Albert. *A revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1974.

VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno*, vol I e II. Porto: Edições Afrontamentos, 1974.

Notas

¹ Professor Adjunto do Departamento de Economia do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo.

² Referimo-nos aqui a um texto escrito por João Luís Fragoso e Manolo Florentino inserido na coletânea “Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia”, organizada por Ronaldo Vainfas e Ciro Cardoso (1997). O Professor José Flávio Motta (2009) já deu a devida resposta a este texto em “Agonia e Robustez”.

³ Observe-se a própria literatura econômica de então, onde os debates acerca da inflação ganharam espaço em detrimento das noções de ciclo econômico, desenvolvimento e projeto nacional.

⁴ Um dos debates travados pelos Annales passa justamente pela definição de

“fato” e se dirige à “*Histoire événementielle*” e ao historiador tradicional, como se depreende do seguinte excerto: “O historiador tradicional presta atenção ao tempo breve da história: o das biografias e dos acontecimentos. Esse tempo não é, em absoluto, o que interessa aos historiadores economistas ou sociais. As sociedades, as civilizações, as economias e as instituições políticas vivem a um ritmo menos precipitado. Não chamará a atenção dos economistas que nos forneceram os nossos métodos neste terreno o que por nossa vez denominamos de ciclos, de interciclos, de movimentos periódicos, cuja fase final vai de cinco a dez, vinte, trinta e até cinqüenta anos. Mas, mesmo neste caso trata-se, do nosso ponto de vista, de uma história de ondas curtas. Por debaixo destas ondas, no campo dos fenômenos de tendência instala-se, com imperceptíveis inclinações, uma história lenta em deformar-se e, por conseguinte, em se manifestar à observação. É essa história que designamos na nossa linguagem imperfeita pelo nome de história estrutural, opondo-se esta menos a uma história episódica que a uma história conjuntural, de ondas relativamente curtas”. (Braudel: 1976, 78).

⁵ “Um acontecimento pode, em rigor, carregar-se de uma série de significações e relações. Testemunha, por vezes, sobre movimentos muito profundos; e pelo mecanismo das ‘causas’ e dos ‘efeitos’, a que tão afeiçoados eram os historiadores de ontem, anexa-se um tempo muito superior à sua própria duração” (Braudel, 1976: 13)

⁶ Ver Lacoste (1989).

⁷ Ver “O Modelo Italiano”, onde Braudel relaciona as transformações culturais da época renascentista com as rotas comerciais que ligavam toda a Europa.

⁸ A noção de hierarquia é essencial no edifício braudeliiano, pois, para o autor, o capitalismo era um fenômeno de altitude, o domínio dos grandes predadores capazes de organizar o espaço de uma determinada economia-mundo. Não se pode deixar de notar a influência de Henry Pirenne, Henry Hausser, W. Sombart e do próprio Vladimir Lênin nesta definição. Sob nosso entendimento, Braudel travou, a todo momento, um amplo debate com o marxismo e com o próprio Marx, por vezes explícito, por vezes implícito, porém, não é o objetivo aqui reconstituir tal debate.

⁹ A questão do desenvolvimento se traduziria em: a) elevação da taxa de crescimento per capita; b) elevação do trabalho e do capital necessários para se obter o produto; c) elevação da taxa de eficiência; d) redução da participação

da agricultura e indústrias correlatas no produto; e) mudanças na estrutura da demanda final; f) aumento do comércio externo na composição do produto; g) aumento do fluxo de capitais. (Kuznets: 1974, 260).

¹⁰ “No século XVIII, o movimento dos preços na França se caracteriza por uma alta secular de 1733 a 1817, fase A que sucedeu à fase B de depressão que se prolongou da metade do século XVII até cerca de 1730. O impulso de alta e de prosperidade, lento até por volta de 1758, violento de 1758 a 1770, estabilizou-se de 1778 a 1787, provocando um mal estar pré-revolucionário; um novo impulso desencadeou o ciclo revolucionário (1787-91). (...) Para o período 1785-89, a alta dos preços é de 66% para o frumento, de 71% para o centeio, de 67% para a carne; a lenha para a cozinha bate todos os recordes: 91% (...). A jornada de 14 de julho coincidiu com o ponto culminante da alta dos preços no século XVIII. (Labrousse: 1933; Soboul: 1974, 26).

¹¹ Espaço intelectual que foi precedido pelo espaço dentro da VI seção, no momento (1972) em que Braudel se aposentou e Jacques Le Goff tornou-se o presidente da reorganizada École des Hautes Études em Sciences Sociales. (Burke: 1997, 79).

¹² Sistema no qual residiria a própria origem do capitalismo.

¹³ Em “Adam Smith em Pequim” (2008), Arrighi sugere que estamos em plena crise de instabilidade sistêmica da qual emergirá um novo CSA. Fiori, Serrano e Medeiros (2008) discordam da futurologia arrighiana. A despeito desta controvérsia, é interessante notar o exercício de história totalizante empreendido pelo autor.